

Mulheres indígenas querem punição para esterilização

Itabuna (Da Sucursal Sul da Bahia) – Cerca de 100 mulheres indígenas das tribos pataxó hã hã hã, pataxó, xacribá, tupiniquim e guarani, do sul e extremo sul da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais estão reunidas, em Itabuna, num encontro de dois dias para debater os direitos constitucionais dos povos indígenas e, especialmente, da mulher indígena, a partir de reflexões sobre os 500 anos de Descobrimto do Brasil. Aberto ontem, o I Encontro da Mulher Indígena será encerrado hoje, com a elaboração do estatuto dos povos indígenas e direitos da mulher.

O evento também terá como objetivo a redação de um documento sobre os problemas e conseqüências da esterilização de índias pataxós das aldeias Baheté, Panelão e São Lucas, no sul da Bahia, que servirá como subsídio ao inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público Federal de Ilhéus, para apurar o envolvimento do deputado federal do PFL, Roland Lavigne, em crime de genocídio, com o uso de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), em troca de votos, na campanha eleitoral de 1994.

Subsídios e inquéritos

“Nós estamos acompanhando a ação do Ministério Público Federal, que também requisitou um inquérito na Polícia Federal, para fornecer todas as informações sobre o caso que forem solicitadas pelos dois órgãos”, revelou o advogado Luiz Chaves, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade promotora do encontro.



Foto: Zeka

Índias realizaram a cerimônia do toré, com música e dança, na abertura do encontro em Itabuna

Segundo o advogado, o Ministério Público e a Polícia Federal já solicitaram informações sobre o local e os médicos que operaram as índias pataxós.

Algumas índias submetidas à ligadura de trompas pelo deputado continuam tendo filhos e problemas de saúde, a exemplo de Josilene Pataxó, que teve dois filhos e hoje sente dores-de-cabeça e nas costas por conta de uma cirurgia. O MP pediu uma perícia médica nas índias e, ficando comprovado o envolvimento criminoso do deputado, além das providências legais, o mi-

nistério vai pedir a cassação do parlamentar, com a interveniência da ONU, que pode imputar a omissão do governo brasileiro no caso.

Na abertura do encontro, na manhã de ontem, foi realizada a cerimônia do toré, para iniciar a integração das mulheres, através de um dos principais rituais religiosos indígenas com músicas e danças. Em seguida, coordenadas pela índia alagoana Maninha Xucuru-Kariri, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, as participantes deram depoimentos sobre

as dificuldades vividas em suas aldeias, para um levantamento das condições de cada tribo.

Segundo Maninha, a situação do povo indígena no Brasil é de extermínio continuado, desde o Descobrimto do Brasil. Ela acusou a Funai de ser “parte do sistema que trabalha pela extinção do índio, cumprindo determinações do governo brasileiro, que nunca respeitou os direitos constitucionais dos povos indígenas”. Segundo ela, hoje existem no país, segundo dados oficiais, 330 mil índios, que significam 0,2% da população brasileira.